

CRISE NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO: Santacruzense é demitido

O secretário da educação do governo Montoro, Paulo de Tarso Santos, cedeu às pressões que vinha sofrendo de políticos peemedebistas (deputados estaduais e federais e prefeitos) e exonerou na última semana alguns de seus principais assessores, dentre eles o chefe de gabinete José Mário Pires Azanha, que morou muitos anos em Santa Cruz do Rio Pardo.

Os políticos estavam reivindicando um "melhor tratamento" para suas reivindicações, que consistem basicamente em nomeações, transferências e comissionamentos, e alguns deputados chegaram inclusive a pedir a demissão do próprio secretário. Além do santacruzense José Mário Azanha, Paulo de Tarso exonerou também o chefe do Departamento de Recursos Humanos, João Gualberto de Carvalho Menezes, e o assessor para assuntos políticos, Jorge Miguel.

Os atos de exoneração saíram publicados no "Diário Oficial" da última sexta-feira e provocou de imediato reações de júbilo entre os depu-

tados peemedebistas que vinham exigindo uma mudança de rota na Secretaria da Educação.

Embora faça uma autocrítica, reconhecendo que a Secretaria não estava suficientemente preparada para dar aos deputados e prefeitos o atendimento a que eles têm direito, Paulo de Tarso também observa que a sua concessão não significa a adoção de uma linha de clientelismo, avisando: "Não posso atropelar a política educacional e nem praticar atos ilegais". O secretário da Educação refere-se a pedidos dos políticos que simplesmente não podem ser atendidos sem a realização de concursos públicos (nomeações ou transferências) ou fora de normais legais (comissionamentos com prejuízo de vencimentos, atualmente um por prefeitura). "O que propomos é a mudança da lei, no caso dos comissionamentos, porque realmente isso nos desgasta", diz Tarso.

AZANHA

José Mário Pires Azanha estudou em Santa

ruz e aqui morou por muitos anos. Antes de ser nomeado para a secretaria da educação, Azanha era professor de Educação da USP de S. Paulo.

As críticas dos políticos à equipe de Paulo de Tarso baseavam-se no fato de que os assessores da Secretaria vinham dificultando o andamento de processos e pedidos e que não estavam afeitos ao relacionamento com os parlamentares. José Mário Azanha era o principal alvo, incomodado por ter de atender a tantos políticos e pedidos, em prejuízo de seus planos técnicos para a Pasta. O trabalho de Azanha, no entanto, foi elogiado pelo secretário da educação, mas Paulo de Tarso admite que agora terá de iniciar uma "nova fase" em função dos políticos, criando dentro dos próximos 30 dias, em caráter de prioridade, um serviço de atendimento composto por três oficiais de gabinete e amparado por um sistema de computador que irá relacionar todos os pedidos.

NUVENS NEGRAS... ESPERANÇAS QUE SE DESVANECEM

José Benedito Pinto

Sempre advogamos a idéia de que, embora seja necessária uma política de educação, não se pode conceber ingerência política na educação.

Muito triste, lemos a notícia da demissão dos professores José Mário Pires Azanha e João Gualberto de Carvalho Menezes, respectivamente chefe de Gabinete e diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação. O secretário Paulo de Tarso (segundo o noticiário) teria sucumbido ao peso de pressões de deputados do PMDB descontentes com a linha de conduta, eminentemente técnica desses assessores diretos do senhor secretário.

Sentimo-nos, ao ler a notícia, profundamente chocados porque estamos sentindo nessa e em outras atitudes dos senhores deputados que o rótulo da garrafa mudou mas o conteúdo é o mesmo.

Somos dos que ingressaram no PMDB (e declaramos publicamente isto) porque não concordamos, em absoluto com o desgoverno que há anos grassa no país; não concordamos com o descalabro político do governo de São Paulo sob a batuta do PDS e porque o programa do PMDB está consonante com as nossas crenças democrata-cristãs.

Esperávamos do atual governo, aquilo que todo o povo brasileiro reclama: austeridade e seriedade administrativa; combate sem tréguas a toda sorte de corrupção, honestidade no trato da coisa pública e, no campo da educação, uma política educacional capaz de devolver ao magistério e à escola o sentido de dignidade de que precisavam ter.

Aplaudimos a escolha do secretário Paulo de Tarso para a pasta da Educação e louvamos a escolha de seus assessores mais diretos em virtude da sua competência, seriedade e da folha de serviços prestados.

Por esses motivos não poderíamos supor que os senhores deputados eleitos para ajudar o governo a mudar (este era o slogan: "vamos mudar") queiram, na realidade, continuar a linha política vigente até aqui: empreguismo - comissionamentos meramente políticos - corrupção, demagogia, engodo.

Resta uma pergunta muito séria a esses enganadores. A mesma de Cícero a Catilina: "Quosque tandem abutere patientia nostra?! Até quando abusarás da nossa paciência? Ó corja de corruptos, impatriotas e aproveitadores?"

A ideologia junta-se à incompetência

O atual secretário da Educação do governo Montoro, positivamente, não mudou absolutamente nenhum aspecto de sua conduta, tal como a dera a conhecer nos tempos, felizmente breves, em que foi ministro da Educação do sr. João Goulart. Da mesma forma que uma senhora, personagem de um conhecido quadro de um antigo programa de televisão, o sr. Paulo de Tarso continua o mesmo. E continuar o mesmo, no caso, significa ser fiel a seus propósitos subversivos, desta vez ainda mais confessos, e ostentar a mesma incompetência administrativa que marcou sua meteórica gestão ministerial.

Para ilustrar o que dizemos poderíamos tomar dezenas de exemplos, tanto na "área da incompetência" quanto na "área da subversão". Aliás, os exemplos são tantos que os próprios jornais, já a esta altura, se vêm obrigados a selecionar as notícias envolvendo o secretário: fossem publicar tudo o que revela a inépcia administrativa e a atividade subversiva do sr. Paulo de Tarso e acabariam obrigados a dedicar-lhe um espaço bem maior do que seria tolerável. Mas, a título de ilustração, escolhemos três fatos, envolvendo declarações, atuação ou simplesmente a presença do secretário, dois deles colhidos na "área da subversão" e um na da "incompetência".

Começemos por esta última, da qual demos notícia em uma das edições da semana que findou. De acordo com esta, o sr. Paulo de Tarso tinha certeza de que o projeto redefinindo o 2º grau *iria ser discutido pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp)*, quando, na verdade, ele já fora aprovado e até publicado no *Diário Oficial*, no último dia 4. E, completando o seu desconhecimento do que se passa na sua pasta (naturalmente no que diz respeito aos assuntos propriamente educacionais, já que, nos assuntos ideológicos, o seu controle parece ser total), o secretário também não saberia muito bem que história é essa de acréscimo de uma série no 2º grau, funcionando como estágio para alunos de cursos profissionalizantes, que ele creia incluído na resolução mencionada — e que foi, de fato, aprovado, mas após a entrevista concedida.

Passando da "área da competência" para a "da subversão", selecionamos dois fatos, aliás interligados. O primeiro se refere às declarações feitas pelo secretário, no decorrer deste mês, reafirmando sua decisão de abrir as escolas de 2º grau — e os últimos anos do 1º grau, se "houver unanimidade na escola" (?) — ao *debate político*. Para "evitar a praga do autoritarismo" (e semear o terreno para a do totalitarismo, perto da qual a primeira, sem dúvida, chega a tornar-se *quase inócua*), o secretário quer "abrir as escolas estaduais ao aprendizado político". Quer, naturalmente, que os meninos e adolescentes sejam devidamente adestrados nas assembleias das UEEs e UBES, prontos a repetir os *slogans* que, há 20 anos, entusiasmavam o então jovem ministro do sr. João Goulart, na sua faina de ideologizar a escola brasileira.

E se alguém for suficientemente ingênuo para acreditar nas profissões de fé "democráticas" do secretário — e aqui vamos para o terceiro fato — basta que leia atentamente o "órgão oficial da Secretaria de Estado da Educação", designado *Educação Democrática* e patrocinado pelo "Governo Democrático de São Paulo". No nº 3 desse jornaleco, correspondente a setembro, pode ler-se, em destaque, na última página, ao lado de um artigo que nada tem a ver com o assunto, uma passagem de *A Ideologia Alemã de Marx, fora de qualquer contexto*, que é bem reveladora das distorções ideológicas que continuam a mover o sr. Paulo de Tarso, que, afinal, é o responsável principal

até pela existência desse dispensabilíssimo jornal. A passagem? Transcrevamo-la: "Um Ianque dirige-se à Inglaterra: um juiz impede-o de chicotear o seu escravo e o Ianque grita, indignado: 'Vocês chamam a isto uma terra de liberdade, onde o homem não pode surrar o seu escravo?'" É a esse nível que desce — e depois dessa citação fora de qualquer propósito, a não ser o de envenenar espíritos, não podemos usar de outra expressão — tal pasquim confeccionado pela Secretaria da Educação, para ser distribuído, com o seu aval e sua responsabilidade, aos professores e ao pessoal ligado ao ensino no Estado!

Voltemos ao começo. Como se pôde ver, tanto na "área da incompetência" quanto na da "subversão ideológica", o sr. Paulo de Tarso continua o mesmo. Tratemos, tão-só, não de desculpar, mas de compreender suas cincadas na área propriamente pedagógica, técnica e administrativa: se o secretário estivesse interessado nesses assuntos, talvez não lhe fosse tão difícil, pelo menos, saber o que se passa na sua pasta. Acontece que a incompetência é uma decorrência direta de sua falta de interesse, todo ele concentrado, hoje como ontem, na ideologização da nossa educação, obviamente a serviço do totalitarismo.

JORNAL O Estado de São Paulo
30.10.83

(Nota: em anexo o texto do prof. Azanha referido, "Autonomia da Escola")

São Paulo, 09 de novembro de 1983.

Senhor Redator

O editorial publicado em 30 p.p., intitulado "A ideologia junta-se à incompetência", comete, pelo menos, um engano. Na verdade, não está claro se houve engano ou simplesmente escamoteação. Senão, vejamos. O editorialista ao referir-se a artigo publicado no jornal "Educação Democrática" deixa parecer que sobre o assunto cabe responsabilidade ao Sr. Paulo de Tarso Santos, Secretário da Educação. No entanto, o referido artigo é assinado por mim e publicado cerca de um mês após minha saída da Chefia do Gabinete. Ora, nessas condições, não há responsabilidade a atribuir-se ao Senhor Secretário com relação à publicação do artigo.

Talvez, ainda assim, o redator do editorial tenha entendido que tratando-se de publicação oficial da Secretaria caberia ao Senhor Secretário a censura do artigo. Não a fazendo, co-responsabilizou-se pelo mesmo. Este entendimento é possível. Um outro, talvez inimaginável pelo redator, é o de que a censura repugna a algumas consciências.

Vamos porém à argumentação do editorial. O que incomodou ao redator não foi o conteúdo do artigo, sobre o qual não fez comentários, mas a epígrafe que é uma citação da Ideologia Alemã de Marx. Pareceu-lhe que a mesma estava "fora de qualquer contexto" e tinha apenas a intenção de "envenenar os espíritos". A opinião de que a epígrafe nada tinha a ver com o artigo é, pelo menos, discutível. A mim, autor deste, não me pareceu tão fora de propósito, pois versando o artigo sobre a autonomia na escola e, conseqüentemente, sobre a liberdade nela, talvez fosse adequado chamar a atenção para a idéia de que a liberdade nunca pode ser entendida num sentido absoluto. E é isso o que a epígrafe faz, quando diz: "Um ianque dirige-se à Inglaterra: um juiz impede-o de chicotear o seu escravo e o ianque grita, indignado: 'Vocês chamam a isto uma terra de liberdade, onde um homem não pode surrar o seu escravo?'"

Todavia, o editorialista viu na epígrafe uma intenção ideologizante e cobriu de vitupérios o jornalzinho e o próprio Secretário. Por que tal fezeira? Será que a citação, por ser de Marx, deveria ser suprimida, proibida? Se assim fosse, seria estranhável tal opinião numa coluna de tão propalado zelo liberal, pois as lições de Stuart Mill — mestre do liberalismo — sobre a intolerância com relação a opiniões contrárias às nossas são — como diria o velho Eça — "lúcidas e fortes". Para o pensador inglês "recusar-se a ouvir uma opinião, por se achar seguro de que é falsa, é pretender que sua certeza (de quem se recusa) é o mesmo que certeza absoluta. Todo ato de proibir

uma discussão é uma pretensão de infalibilidade." Ora, a pretensão de infalibilidade é exatamente um dos fundamentos do totalitarismo que com tanta veemência o redator combate. Outras lições poderiam ser buscadas no mesmo pensador ou em outros tão caros ao pensamento liberal, mas não vale a pena estender-me mais. Mesmo porque, o redator deve conhecê-los de sobra, apesar de aproveitar-lhes tão pouco os ensinamentos sobre a importância da tolerância da divergência.

Para encerrar, quero esclarecer que não tenho procuração do Sr. Paulo de Tarso para defendê-lo neste desagradável episódio. Nem creio que isso fosse necessário. Moveu-me apenas a convicção íntima de que silenciar a verdade é uma das mais aviltantes formas de mentir.

Sem mais, os meus cumprimentos.

José Mário Pires Azanha

A AUTONOMIA DA ESCOLA

José Mário Pires Azanha

Um Ianque dirige-se à Inglaterra; um juiz impede-o de chicotear o seu escravo e o Ianque grita, indignado: «Vocês chamam a isto uma terra de liberdade, onde um homem não pode surrar o seu escravo?»

Marx, *A Ideologia Alemã*, I.

Nos tempos que correm muito se tem falado sobre a autonomia da escola como algo a ser conquistado e estabelecido. No entanto, nas discussões que se travam, poucas vezes se vai além da superfície do tema. À força de nos limitarmos ao universo verbal da legislação e dos pareceres dos Conselhos de Educação, toda a questão da autonomia da escola parece se resumir em ter-se um regimento próprio no qual figure com destaque um “Conselho de Escola” com ampla representatividade e atribuições deliberativas. Ainda que a autonomia da escola possa ou deva abranger esses aspectos é claro que o assunto não deve nem pode se esgotar nisso.

Se limitarmos nossa discussão da autonomia da escola a esse universo verbal, corremos o risco de deixar intocado o que é essencial: a autonomia do próprio processo educativo. Porque a escola é um local de trabalho e de convivência humana mas o que a distingue de outras instituições é que essas atividades realizam-se com um propósito, que é o de educar. Por banal que

isto seja, e até talvez por isso mesmo, perde-se de vista, muitas vezes, esse propósito fundamental.

Nas discussões sobre autonomia da escola essa situação revela-se com muita clareza. Reivindica-se maior liberdade dos professores com relação ao diretor, da escola com relação à Delegacia e a outras instâncias administrativas. Liberdade, para quê? Esta, que é a questão essencial, não é explicitamente examinada nem respondida. No entanto, só a resposta clara a esta questão poderá repor o problema da autonomia da escola nos seus devidos termos.

A autonomia da escola só ganha relevância se significar autonomia da tarefa educativa; em outros termos, o assunto é quase irrelevante e poderá ser confundido, como muitas vezes é, com normas meramente administrativas. Porque, na verdade, nenhum regimento próprio, nenhum Conselho Deliberativo, por si sós, darão à escola a autonomia educativa. Esta só se obtém a partir de uma consciência aguçada e crítica das possibilidades de atuação da escola em face da clientela e da comunidade a que serve e do esforço continuado e conjunto para ir até o limite dessas possibilidades. Enfim, a autonomia da escola é algo que se põe com relação à liberdade de formular e executar um projeto educativo. É um projeto como diz Castoriades (Castoriades, C. — *L'Institution Imaginaire de la Société* — Editions du Seuil, 1975, pág. 106) é a "intenção de uma transformação do real, guiada por uma representação do sentido dessa transformação e levando em conta as condições dessa realidade". Nesses termos, o projeto educativo de uma escola é o propósito de transformar a clientela (e a comunidade) tomando em consideração não as prescrições de uma pedagogia abstrata, mas as condições reais de vida dos educandos. Todo esforço educativo autêntico repousa numa esperança: a da possibilidade de modificação humana. Sem essa esperança, o ensino se transforma num ritual destituído de significado. Mas, a esperança não basta. É preciso organizar-se a partir dela e formular claramente o sentido e o valor das modificações que se pretendem e unir-se num esforço comum e continuado na sua perseguição.

Há muito que o constrangimento dos regimentos únicos, das determinações superiores autocráticas e doutrinadoras, dos livros

ideologicamente preparados vem tentando criar na escola o *vácuo educativo*, isto é, a escola que não educa. Mas, a luta contra essa coerção será equivocada se nos limitarmos a reivindicar alterações meramente administrativas. Estas são externas e seu valor dependerá basicamente do próprio esforço que a escola faça para que o seu trabalho não se estiole na inutilidade de tarefas só aparentemente educativas. Para além do alcance de todos os constrangimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e pedagógicos, há um espaço de encontro e de convívio humano que é potencialmente educativo. É pela ocupação desse espaço com um projeto de educação consciente e crítico que se dará substância efetiva à aspiração de autonomia da escola.